



ALADI/SEC/di 956  
22 de maio de 1997

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,  
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE  
DA III REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR  
COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO

Belo Horizonte, 16 de maio de 1997

Discurso do Ministro das Relações Exteriores  
Embaixador Luiz Felipe Lampreia

Ao abrir esta primeira sessão de trabalho da III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério, quero estender a todos os meus colegas chefes de delegação e a todos os demais delegados e participantes deste encontro os melhores votos de boas-vindas ao Brasil e a Belo Horizonte.

Sei que interpreto o sentimento de todos aqui ao estender os mais efusivos agradecimentos às autoridades do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte pelo excelente trabalho que realizaram, em conjunto com as autoridades federais brasileiras, para tornar possível a realização desta reunião das Américas dentro do melhor clima da tradicional e fraterna hospitalidade mineira.

Tenho a certeza de que nossos entendimentos durante o dia de hoje, assim como as decisões que se refletirem na Declaração Conjunta, marcarão uma importante etapa no processo de construção da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, em cumprimento do mandato estabelecido pelos Chefes de Estado e Governo em Miami e em preparação da próxima cúpula hemisférica de Santiago do Chile.

Nada melhor do que o espírito de Minas Gerais para inspirar-nos na difícil e complexa discussão que nos comprometemos a levar adiante aqui em Belo Horizonte, nessa empresa conjunta de construir uma área de livre comércio que una, em verdadeira parceria, os povos das Américas.

Senhores Delegados,

Não estamos engajados aqui em um exercício retórico, de que resultará ao final uma declaração de princípios de mero valor simbólico ou exortativo.

Estamos nos engajando no que será possivelmente a maior iniciativa de diplomacia comercial da maioria dos nossos países nos próximos anos, o maior desafio a que voluntariamente nos submetemos todos para ampliar os benefícios da nossa inserção regional e internacional.

Aqui buscamos uma forma de melhor enfrentar os desafios e riscos de um mundo competitivo, de aproveitar as suas oportunidades, de dar novo sentido ao objetivo comum de atrair novos investimentos, modernizar a economia, assegurar empregos melhores e mais numerosos para os nossos cidadãos e um padrão de consumo mais elevado e acessível para os nossos consumidores.

É preciso assegurar que as novas oportunidades comerciais e de investimento a serem criadas com a ALCA sejam usufruídas de maneira equilibrada por todos os países do hemisfério e, dentro de cada país, por todos os segmentos da sociedade, especialmente os que têm sido excluídos do processo produtivo e de consumo.

O Governo brasileiro tem ouvido os mais diferentes setores da sociedade a respeito de suas visões sobre o processo de integração hemisférica. Acreditamos firmemente que somente por meio de processos abertos e transparentes de consultas com todos os atores sociais relevantes é que poderemos avançar.

A geração de consensos nacionais, que contemplem os interesses de empresários, trabalhadores e consumidores, é a maior fonte de legitimidade e de sustentação política da ALCA.

Na qualidade de Presidente desta reunião, e em cumprimento ao compromisso assumido pelo Governo brasileiro no encontro vice-ministerial do Rio de Janeiro, recebi o documento de conclusões do Foro de Trabalhadores realizado em Belo Horizonte. O documento reflete as preocupações das organizações sindicais do Continente diante dos possíveis impactos da ALCA na área social e em particular na do emprego. Pedi ao Secretariado que distribua cópia do "Manifesto dos Trabalhadores das Américas" a todas as delegações.

Senhores Ministros,

Não estamos aqui para alcançar qualquer resultado a qualquer preço. Não andamos em busca de sucessos espetaculares, mas que podem ser passageiros. Estamos lidando com interesses muito concretos e de longo prazo de cada um dos países participantes.

Este é um processo em marcha, que continuará em São José da Costa Rica e na Cúpula de Santiago. Nosso mandato é definir quando lançar as negociações para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas e como conduzi-las.

Para isso, temos já um patrimônio importante de realizações, um consenso, mesmo que condicional, sobre certos aspectos e princípios básicos que, consolidados e referendados por nós, servirão de base firme para prosseguirmos em nossa tarefa.

Foi possível ampliar as áreas de convergência de nossas visões sobre a ALCA. Estamos de acordo quanto a importantes princípios que nortearão o processo negociador:

- o consenso, como princípio fundamental do processo decisório, de maneira a resguardar a essência dos interesses nacionais de atores tão díspares e numerosos, e com tantos interesses em jogo;
- o resultado das negociações como um pacote único e indivisível, capaz de, na sua perspectiva final, sinalizar claramente, desde a ótica de cada um, o conjunto global equilibrado e abrangente de direitos e obrigações; segundo esse conceito de *single undertakings*, nada estará acordado até que tudo esteja acordado;
- a compatibilidade com as regras da OMC, base sobre a qual a ALCA deve assentar-se e sistema para cujo fortalecimento, em nível global, a ALCA deve contribuir;
- a coexistência da ALCA com os acordos sub-regionais e bilaterais, cuja identidade própria não se deve perder;

- o entendimento de que as negociações que garantirão o acesso aos mercados e a eliminação das barreiras existentes não excluirão *a priori* nenhum setor produtivo, contribuindo, assim, de um lado, para a abrangência do livre comércio no Continente e, de outro, para a ampliação dos elementos que darão o equilíbrio final das negociações, sem o qual não é legítimo esperar a adesão de todos; e
- finalmente, a confirmação do entendimento de que a conclusão das negociações deve ocorrer o mais tardar até 2005, ano que constituirá o início da implementação dos resultados alcançados.

O compromisso brasileiro com o sucesso deste processo em que estamos engajados se expressa também na forma pela qual procuramos promover trabalhos preparatórios que garantissem que da reunião de Belo Horizonte sairia fortalecido o compromisso com o lançamento das negociações na base do interesse compartilhado e harmonioso de todos os participantes.

Por isso, durante o último ano, a Presidência brasileira, interpretando o sentimento de todos os participantes, assegurou a realização de quatro reuniões preparatórias, que permitiram identificar e articular com maior clareza as diferentes perspectivas do processo de construção da ALCA, conhecer as visões dos parceiros e compreender o alcance verdadeiro das negociações em que queremos nos engajar.

Sem essa visão do outro, sem a capacidade de compreender e aceitar as razões e os interesses de cada parceiro, poríamos em risco a permanência e a legitimidade dos progressos aqui alcançados.

Em São José da Costa Rica e em Santiago do Chile, próximas etapas deste processo, devemos ter uma idéia muito clara do que queremos, das dificuldades que ainda enfrentamos para gerar o consenso e dos pontos sobre os quais será preciso ainda maior entendimento, com ânimo de acomodar os interesses.

Até aqui, temos seguido o caminho, tantas vezes penoso, mas necessário, da negociação franca, transparente e aberta, que aproxima posições, aplaina diferenças, convence e demove. Esse deve continuar a ser o nosso compromisso até Santiago.

A Presidência conta com o esforço e a contribuição de todas as delegações para que avancemos onde for possível e mapeemos o caminho para as próximas etapas desta jornada.

Senhoras e Senhores,

Como Chefe da Delegação brasileira, quero expressar-me também na qualidade de representante de um país com interesse neste processo que estamos desenvolvendo.

Um Brasil moderno e competitivo, com uma economia saudável, é uma força em favor de uma futura Área de Livre Comércio das Américas, que atenda aos interesses de todo o hemisfério por relações mais densas e dinâmicas entre todos os países que o integram.

O Brasil tem condições de aperfeiçoar ainda mais as credenciais que o qualificam para ser um importante parceiro hemisférico. Temos um mercado potencial de cento e sessenta milhões de habitantes, que se fortaleceu graças à estabilização da nossa economia, à retomada do crescimento com mais distribuição de renda e à nossa participação no Mercosul. É um mercado que, tendo permanecido fechado e protegido durante muitos anos, alia hoje às suas dimensões uma enorme capacidade e disposição de absorver bens e serviços.

Temos um vigoroso parque industrial, construído à base de muito sacrifício e empenho dos brasileiros, e um setor agroindustrial que, sem recorrer a subsídios, honra com sua produtividade e competitividade o potencial do Brasil também como país de vocação agrícola, graças à abundância de terras aráveis, água, sol e condições climáticas favoráveis.

Tanto o setor industrial como o agroindustrial empregam uma enorme força de trabalho e geram riqueza indispensável ao crescimento brasileiro e ao bem-estar da população. É natural que queiramos fortalecê-los. É nosso dever apoiá-los.

O exame das tendências recentes do comércio exterior brasileiro demonstra que nossos principais parceiros comerciais têm desfrutado de um incremento exponencial em suas vendas no mercado brasileiro em consequência do processo de abertura comercial. As importações brasileiras cresceram mais de 157% no período 1990-96, passando de 20,7 bilhões, em 1990, para 53,3 bilhões em 1996. Ao mesmo tempo, nossas vendas ao exterior conheceram ritmo bem mais lento de crescimento, sobretudo em razão da permanência de barreiras aos nossos produtos nos principais mercados importadores.

A essa inusitada ampliação de oportunidades comerciais soma-se uma multiplicação sem precedentes de oportunidades de investimentos diretos no Brasil, não só graças ao fortalecimento do mercado interno, mas também em função da desregulamentação, das reformas estruturais e da desestatização, que privatiza importantes empresas estatais e flexibiliza monopólios.

A política comercial do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem por objetivo central a participação competitiva do Brasil nos fluxos de comércio e investimentos internacionais. A construção da ALCA é parte importante daquele objetivo, mas não pode ser vista como um fim em si mesmo. Não há relação de causalidade automática entre eficiência econômica e a solução dos problemas básicos das nossas sociedades.

É imperativo para nós que a liberalização do comércio hemisférico se faça de maneira compatível com a preservação e o fortalecimento da estabilidade de nossa economia, do nosso nível de emprego e do novo padrão de consumo a que começa a acostumar-se a sociedade brasileira. O livre comércio deve ser uma alavanca de progresso social e não um fator de exclusão, de desemprego, de injustiça.

Por isso, a sociedade brasileira só concebe uma negociação que amplie o acesso ao mercado brasileiro de bens e serviços e às oportunidades de investimento no

Brasil se ela garantir o acesso efetivamente desimpedido de nossas exportações aos mercados de nossos parceiros nas Américas.

O período de tempo que se estende até 2005 é essencial para consolidar, na economia brasileira, os progressos em produtividade e competitividade que estão decorrendo da abertura econômica e comercial e das reformas estruturais pelas quais o país está passando. É natural que devamos contar com um período de maturação e consolidação dos avanços conseguidos até agora.

Senhores Delegados,

O Mercosul é hoje uma história de sucesso na longa e difícil trajetória da integração continental, em especial na América Latina. Com um PIB que ultrapassa 1,1 trilhão de dólares e um mercado de mais de 200 milhões de habitantes, o Mercosul é hoje um poderoso fator de identidade e projeção internacional dos países que o integram, um catalisador da integração na América do Sul, um parceiro procurado nas relações internacionais e um foco de atração de investimentos e de iniciativas diplomáticas que apenas comprovam o seu êxito e o acerto do seu projeto.

É natural que os países que compõem o Mercosul o considerem uma realidade que veio para ficar, e cujo fortalecimento e consolidação só podem ser benéficos para uma iniciativa do porte da ALCA. O Mercosul é um patrimônio dos povos que o integram.

Por essa razão, a posição do nosso grupo em relação ao processo de discussão da ALCA é coordenada, concertada e respaldada pelos países-membros. Em linhas gerais, nossa visão da ALCA se expressa através de um apego incondicional a três princípios básicos: o da indissolubilidade do Mercosul, o do gradualismo das negociações que venhamos a lançar e o do equilíbrio entre os compromissos oferecidos e os ganhos obtidos pelos participantes.

Acreditamos que a Organização Mundial de Comércio não oferece apenas o marco jurídico e normativo sobre o qual a ALCA deve construir-se. Oferece também o patrimônio da mais ampla, completa e exitosa experiência negociadora multilateral da história, uma lição de metodologia, de compromissos recíprocos e de pragmatismo que não pode ser esquecida.

Através dos diferentes "trilhos" negociadores, a Rodada Uruguai, com toda a sua complexidade e a importância dos interesses em jogo, buscou respeitar os interesses de todos os participantes na negociação, viabilizando compromissos equilibrados entre os "trilhos", única forma de amarrar um pacote completo e fechado de concessões e ganhos.

Essa mesma experiência é o que melhor traduz, na ALCA, a conjugação dos elementos que acordamos até aqui com os princípios do gradualismo e do equilíbrio e da abrangência.

Com os resultados do trabalho dos grupos técnicos criados em Denver e a apresentação das recomendações aos Chefes de Estado e Governo, em Santiago, completaremos a tarefa de mapear boa parte da substância sobre a qual se

concentrarão as negociações. Com o acréscimo de eventuais áreas que tenham permanecido à margem do exame e consideração dos grupos de trabalho, essa substância permitirá a definição dos diversos mandatos negociadores. Assim, poderemos levar em conta, em um sistema fechado e bem estruturado, todos os aspectos que devem estar envolvidos em uma ALCA que reflita o anseio comum por um sistema multilateral de comércio fortalecido.

Dentro dessa concepção, terá para nós importância crucial a definição, entre outros, dos futuros grupos de negociação relativos à liberalização do comércio de produtos agrícolas e eliminação de subsídios na agricultura, aos têxteis, ao setor siderúrgico, ao setor calçadista e, naturalmente, à área de medidas de defesa contra práticas desleais de comércio.

Na área agrícola, por exemplo, tanto no que se refere às barreiras tarifárias e não-tarifárias, como no que afeta as políticas de apoio e subsídio, são consideráveis as distorções que os países competitivos têm de enfrentar em importantes mercados da região. A supressão dessas práticas protecionistas, que beneficiará os consumidores e contribuintes hoje submetidos aos custos decorrentes da proteção e dos subsídios, constitui um dos objetivos centrais da política comercial brasileira e do Mercosul como grupo. Essa será uma peça fundamental para avaliar o equilíbrio dos resultados quando concluirmos as negociações sobre a ALCA.

Dessa forma colocaremos sobre a mesa, com o mesmo espírito construtivo que presidiu as fases decisivas da Rodada Uruguai, todos os elementos que nos permitirão criar o equilíbrio indispensável à concretização da ALCA, garantindo negociações cuidadosas e graduais, que irão sinalizando para os diferentes setores o que podem e devem esperar do livre comércio nas Américas, tanto em termos de benefícios quanto em termos de novos desafios.

Será também a maneira de dar conseqüência política aos nossos entendimentos, pois, como negociadores, temos a consciência de que somente a garantia de benefícios palpáveis em setores com a sensibilidade e importância econômica da agricultura, por exemplo, seremos capazes de dar sustentação interna ao processo em que nos estamos comprometendo.

Senhores Ministros, Senhores Delegados,

Ao abrir esta reunião, quero reiterar-lhes a disposição da Presidência de contribuir com o melhor dos seus esforços para um bom andamento dos trabalhos.

Os povos das Américas voltam sua atenção para Belo Horizonte. Mais do que resultados espetaculares, esperam de nós franqueza e transparência nos nossos procedimentos, equilíbrio nas deliberações, substância nas decisões e apenas uma intransigência: que a ALCA seja uma força de convergência, de cooperação e de prosperidade entre povos cuja vocação, há muito, já é a amizade e a integração.

Muito obrigado.

---